



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1987, DE 2021

Impugnação do art. 88 do PLV nº 17/2021 (MPV nº 1045/2021).

**AUTORIA:** Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Liderança do Podemos

## REQUERIMENTO Nº DE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 48, XI do Regimento Interno do Senado Federal, do inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, e baseado no entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, que Vossa Excelência declare como não escrito o art. 88 do PLV 17/2021 (MPV 1045/2021), em razão deste promover alterações de caráter definitivo (não adstritas ao período da pandemia) em regras de direito material e processual constantes na CLT

### JUSTIFICAÇÃO

Na Câmara dos Deputados, no âmbito do PLV, foram promovidas a inserção, mediante emenda parlamentar, de matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória, o que acarretou na substancial ampliação ao objeto originário e, por conseguinte, violou a Constituição da República, notadamente o princípio democrático e o devido processo legislativo (ADI 5127, Rel. Min. Rosa Weber, Rel. p/ Acórdão Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 15/10/2015).

Nas sobreditas alterações perpetradas pelo Art. 88 do PLV 17/2021 (MPV 1045/2021), há a alteração do art. 627-A que passa a conferir aos Auditores-Fiscais do Trabalho atribuições para assinar termos de compromisso com eficácia de títulos executivos extrajudiciais, ofendendo frontalmente a alínea “b” do inciso I do art. 62 da CF, que veda a edição de Medidas Provisórias sobre Direito Processual Civil.



Um dos exemplos é a inserção de três parágrafos ao art. 855-D da CLT, os quais alteram disposições relativas ao processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial.

O conteúdo do Art. 88 do PLV promove ainda mudanças que **cerceiam o direito de acesso à Justiça pelos necessitados**, em violação ao art. 5º, XXXV e LXXIV, da CF/88, além de igualmente ferir o art. 62, I, “b”, da CF/88, que proíbe medidas provisórias sobre matérias processuais.

No atual e iminente cenário de crise instalado no país e no mundo, impor ao cidadão limites ao acesso ao judiciário é desproteger milhares de brasileiros que tem no judiciário a última centelha de esperança, não raras vezes, de sua verba alimentar. Não se despreze inúmeros cidadãos que se encontram em situação de informalidade, sem meios de atender a burocratização que a MPV 1.045/2021 visa instalar, aumentando assim ainda mais o número de desassistidos no seu mais caro direito, que é o acesso ao judiciário e a preservação do mínimo vital.

O projeto também sugere alterar o art. 626 da CLT, passando a atribuir exclusivamente aos Auditores-Fiscais do Trabalho o planejamento e a execução de inspeções para “verificação do cumprimento das normas de proteção ao trabalho, inclusive as relacionadas à segurança e à saúde do trabalho” no que incorre em flagrante inconstitucionalidade por malferir atribuições constitucionais de numerosos órgãos públicos.

Observa-se, ainda, que o mesmo Art. 88 do PLV se propõe a alterar a jornada especial de trabalhadores em minas de subsolo; busca regulamentar o pagamento de prêmios (verbas sem caráter salarial), estabelece a inclusão, no patrimônio de sindicatos de *receitas de atividades econômicas e estabelece* limitações à Inspeção do Trabalho.

Portanto, além de todas as inconstitucionalidades suscitadas no presente requerimento, todas as propostas de alterações praticadas pelo art. 88 do PLV 17/2021 (MPV 1045/2021), se refere a matérias não afeitas ao objeto central da Medida Provisória nº 1045 de 2021 e propõe alterações perenes na CLT, ou seja, persistirão independentemente do fim da Pandemia.

Ante o exposto, com fulcro no inciso II, do art. 7º, da Lei Complementar 95, de 1998, baseado no entendimento exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5127, pugna-se pela declaração como não escrito do art. 88 do PLV 17/2021, que promovem alterações na Medida Provisória nº 1045, de 2021.

Certo do atendimento do pleito, despeço-me renovando votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2021.

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODEMOS - PR)**  
**Líder**



SF/21305.87386-55 (LexEdit\*)